



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

DECRETO-LEGISLATIVO Nº. 29

Estabelece normas para proposição e tramitação de Decreto-Legislativo que concede título honorífico por esta Câmara.

Faço saber que a Câmara Municipal de Ladário APROVOU e eu, João Lisbôa de Macêdo, Presidente, promulgo o seguinte Decreto-Legislativo:

Artigo 1º - Ficam adotadas as presentes disposições normativas que regulam a concessão de títulos honoríficos de cidadania ladarense, de que trata o item V, do Artigo 92, da Resolução nº.58, de 26 de dezembro de 1972 (II Regimento Interno desta Câmara).

Artigo 2º - A Câmara Municipal de Ladário poderá conceder título honorífico de cidadania ou qualquer outra honraria ou homenagem a personalidades nacionais, ou estrangeiras radicadas no país.

Artigo 3º. - A concessão do título fica condicionada à comprovação e reconhecimento dos méritos que credenciam as personalidades propostas, através do voto nominal da maioria simples do plenário.

Artigo 4º - São condições meritórias para concessão de título honorífico:

- a) ter o proposto prestado relevantes serviços à comunidade ladarense;
- b) ter colaborado, permanentemente, convocado ou não, com a Administração Pública Municipal, em favor das atividades sociais, educacionais, esportivas ou patrióticas do Município;
- c) ser, por muito tempo, radicado em Ladário, trabalhando como membro de família ladarense, em prol do desenvolvimento da sociedade local, além de demonstrar simpatia e amizade sincera à vida desta cidade;
- d) ser consagrado prestador de serviços relevantes à Pátria Brasileira, ao Estado de Mato Grosso ou à humanidade em geral.

Artigo 5º - É vedada a concessão de título honorífico a personalidades que estejam no exercício de cargo eletivo, ou nomeado para cargo executivo no âmbito municipal.





ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

(Continuação do Decreto-Legislativo nº.29, de 12/05/1976)

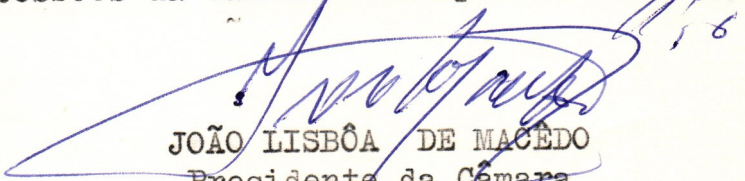
=====


Artigo 6º. - As propostas de concessão de título honoríficos devem especificar e comprovar, pormenorizadamente, os feitos do proposto, bem como trazer a sua biografia completa.

Artigo 7º. - Os projetos de concessão de títulos honoríficos devem ser individuais, e a sua entrega feita em Sessão Solene, convocada para este fim.

Artigo 8º. - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Ladário,  
em 12 de maio de 1976.-

  
JOÃO LISBÔA DE MACÊDO  
Presidente da Câmara

  
NEUZA CAVALCANTE DOS SANTOS  
1ª. Secretário.-





ESTADO DE MATO GROSSO - BRASIL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

Parecer da Comissão de Justiça, Finanças e Economia e Redação sobre o Projeto de Decreto Legislativo / nº 01/76- Estabelece normas para proposição e tramitação de Decreto - Legislativo que concede título honorífico por esta Câmara.

Os membros da Comissão abaixo / assinados, examinando a presente matéria, considerou de grande importância as disposições e normativas para concessão de títulos honorífico de cidadania ladarense cedido por esta Egrégia Casa.

Aplaudimos a iniciativa do Vereador e Presidente, JOÃO LISBOA DE MACEDO, autor do presente Projeto / de Decreto Legislativo, e sugerimos a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1976.

NEUZA CAVALCANTE DOS SANTOS

VALDEIRO TEIXEIRA DE CARVALHO

GASPAR BARBOSA DE CARVALHO.

*Handwritten notes and signatures at the bottom of the page:*  
12/5/1976  
[Illegible handwritten signatures and notes]





ESTADO DE MATO GROSSO - BRASIL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

Parceira da Comissão de Justiça, Fi-  
nanças e Economia e Redação sobre o Projeto de Decreto Legislativo  
nº 01/76 - Estabelece normas para proposição e tramitação de Decreto -  
Legislativo que concede título honorífico por esta Câmara.

Os membros da Comissão abaixo  
assinados, examinando a presente matéria, consideram de grande impor-  
tância as disposições e normativas para concessão de títulos honorí-  
ficos de cidadãos ladarense cedido por esta Egrégia Casa.

Apresentamos a iniciativa do Vere-  
dor e Presidente, JOÃO LISBOA DE MACEDO, autor do presente Projeto  
de Decreto Legislativo, e sugerimos a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1976.

NEUSA CAVALCANTE DOS SANTOS

VALDEIRIO TEIXEIRA DE CARVALHO

CESTAR SANTOS DE CARVALHO





ESTADO DE MATO GROSSO - BRASIL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/76

Estabelece normas para proposição e tramitação de Decreto-Legislativo que concede título honorífico por esta Câmara.

Faço saber que a Câmara Municipal de Ladário APROVOU e eu, Vereador JOÃO LISBÔA DE MACÊDO, Presidente, promulgo o seguinte Decreto-Legislativo:

Artigo 1º - Ficam adotadas as presentes disposições normativas que regulam a concessão de títulos honoríficos de cidadania ladarense, de que trata o item V, do Artigo 92, da Resolução Nº.58, de 26/12/1972 (II Regimento Interno desta Câmara).

Artigo 2º - A Câmara Municipal de Ladário poderá conceder título honorífico de cidadania ou qualquer outra honraria ou homenagem a personalidades nacionais, ou estrangeiras radicadas no país.

Artigo 3º - A concessão do título fica condicionada à comprovação e reconhecimento dos méritos que credenciam as personalidades propostas, através do voto nominal da maioria simples do plenário.

Artigo 4º - São condições meritórias para concessão de título honorífico:

- a) ter proposto prestado relevantes serviços à comunidade ladarense;
- b) ter laborado, permanentemente, convocado ou não, com a Administração Pública Municipal, em favor das atividades sociais, educacionais, esportivas ou patrióticas do Município;
- c) ser por muito tempo, radicado em Ladário, trabalhando como membro, família ladarense, em prol do desenvolvimento da sociedade local além de demonstrar simpatia e amizade sincera à vida desta cidade;
- d) ser sagrado prestador de serviços relevantes à Pátria Brasileira, Estado de Mato Grosso ou à humanidade em geral.

Artigo - É vedada a concessão de título honorífico a personalidades que estejam no exercício de cargo eletivo, ou nomeado para cargo executivo no âmbito municipal.

Artigo - As propostas de concessão de títulos honoríficos devem especificar e provar, pormenorizadamente, os feitos do proposto, bem como trazer a biografia completa.

Artigo - Os projetos de concessão de títulos honoríficos devem ser individuais e a sua entrega feita em Sessão Solene, convocada para este fim.

Artigo - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Sessões da Câmara Municipal de Ladário, em 30 de março de 1976.-



1- Alistado no Juízo de Paz

em 6/4/1976.

2- O Conselho de Justiça e Finanças e o Juiz de Paz.

6/4/1976  
N.º 100